

A Figuração da Palavra Restante¹

Carlos de Brito e Mello²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

Buscando compreender a palavra como uma arena linguística onde, dialeticamente, se enfrentam a vida e a morte do sentido e da matéria, recorreremos à obra textual de Arthur Bispo do Rosário, que, formulada por meio do resto, do traço, do rastro, configura, no âmbito da escrita e da leitura, uma experiência liminar. Para tanto, retornamos à história do livro, marcada pela catástrofe, pela queima, pela destruição, e procuramos definir uma dimensão negativa da linguagem que, inflamada, ascende à trama escritural figurada por Bispo ao longo de sua produção.

Palavras-chave: palavra; destruição; sentido; experiência; figuração.

1.

A pira acesa pelos estudantes que marcharam na *Babelplatz*, em Berlim, conduzindo os archotes que incendiaram entre 20.000 e 25.000 livros na noite de 10 de maio de 1933, não foi a única a queimar na Alemanha nazista. Ao longo dos dias seguintes, em outras cidades, destruições semelhantes produziram tanta cinza que, se reunida, poderia servir como ilusório e maligno alicerce “sobre a qual uma nova humanidade supostamente se ergueria” (POLASTRON, 2013, p.191). Com evidente dimensão cerimonial, como ocorreram com outras manifestações de massa que se tornaram conhecidas desde que Hitler foi nomeado chanceler, em janeiro do mesmo ano, a fogueira que iluminou tenebrosamente a praça berlinense teve a presença de Goebbels, que acompanhou de perto o altíssimo anúncio do nome dos autores das obras a serem executadas, bem como da devida sentença. “Contra a corrupção espiritual, o exagero e uma complicação malsã da sexualidade, pelo enobrecimento da alma humana” (POLASTRON, 2013, p. 192), Sigmund Freud foi um dos

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Comunicação Social pelo DCS-Fafich/UFMG.

que, como Karl Marx, teve seus escritos condenados. E viu nisso alguma vantagem: “Só nossos livros? Antigamente eles nos teriam queimado com eles”, teria dito o psicanalista vienense (POLASTRON, 2013, p. 194).

Mais tarde, os campos de concentração mostraram que a disseminação das práticas de aniquilamento era apenas uma questão de tempo e de método, empregadas, como foram, contra papel e carne, generalizadamente. Mas o comentário irônico de Freud continha base histórica, que não verificamos apenas na perseguição dos hereges promovida pela Igreja, em nome da qual se realizaram as conhecidas condenações inquisitoriais. A vitimação de autor e obra, nesse sentido, é ainda mais antiga, e exemplar no caso da matemática e filósofa Hipátia, ainda no ano de 415. Pagã, vivendo em Alexandria em uma época em que o cristianismo tinha se tornado uma religião obrigatória, Hipátia “foi despida pela multidão e arrastada diante de Pedro, o Censor; depois foi cortada viva com cascas de ostras e lançada ao fogo com o conjunto de seus livros” (POLASTRON, 2013, p. 34-35). Cirilo, que teria ordenado a execução, foi, por sua vez, canonizado.

Se contada não apenas em função de seu vulto e importância cultural, mas também levando-se em conta a sistemática e recorrente destruição das obras, empreendida por ação humana ou de outra natureza – a se verificar desde os fragmentos das inaugurais placas de argila de Uruk, na Suméria, até os biblioclastas do século XX – a história do livro guarda, na cidade fundada pelo macedônio Alexandre, em 331 a.C., dimensões míticas: “Nunca uma construção, de que não se conhece o local nem o aspecto, fez rolar tanta tinta sábia e nem provocou fantasias de pessoas sérias”, conta Polastron (2013, p. 24). Considerando as atividades que lá se realizavam, com relação ao intenso manuseio dos manuscritos, incluindo os trabalhos de cópia, tradução e edição, além da consequente importância intelectual, social, política e econômica que veio a conquistar, reunindo obras vindas de tradições culturais muito distintas e distantes, “a grande biblioteca de Alexandria foi, sobretudo, a maior casa editorial da Antiguidade” (POLASTRON, 2013, p. 27).

Sua ruína, provocada por um grande incêndio que começou no porto da cidade, deflagrado por César em 48 a.C. – ainda que muitos relatos procurem devincular do amante de Cleópatra a responsabilidade pelo atentado (POLASTRON, 2013) – tornou-se um célebre episódio de uma trajetória que marca nossa própria relação com a matéria escrita. Se a produção de uma obra textual deve ser compreendida no interior de um processo histórico que modificou profundamente sua feição e uso pelas sociedades, bem como o

conjunto de procedimentos e competências envolvidos em sua fabricação, tal compreensão não pode dispensar a sucessão de acidentes que transformaram textos em devastação.

O barro sumério, moldado para servir inicialmente à contabilidade, a folha de papiro inventada pelo egípcios a partir da erva que crescia ao redor do Nilo, bem como as peles transformadas em pergaminho – denominação que alude ao reino de Pérgamo³, local em que outra famosa biblioteca também foi erigida – mostram que a destruição da palavra engloba todo tipo de materialidade na qual ela possa ter sido inscrita. Curioso é conceber que, embora tenha significado a eliminação de obras incontáveis e monumentais, relegando-as a apenas um ou outro indício de existência, o arruinar-se tornou-se um acontecimento do qual a história dessas mesmas obras não pode se furtar: a perseverância de um caco de texto traz consigo, de maneira indissociável, os últimos rumores da ação que o despedaçou. É como os desaparecimentos continuam a ecoar, configurando uma forma de existência cujo marco de fundação é definido pela ausência⁴.

Seria necessário considerar que a perda, nesse caso, não se reduziria a uma simples subtração do escrito, afirmando-se, para além disso, como uma negatividade que o fundamenta, a vala funda da qual ele provém, véu de entulho que cobre o seu nascedouro remoto. Nessa perspectiva, se o fragmento, o resto e o caco inspiram, por um lado, nosso lamento lutuoso por tantas obras extraviadas, também passam a constituir um conjunto de modos pelos quais a palavra, uma palavra restante, pode advir – e advir com força narrativa.

Algumas das obras resgatadas da perdição trazem, no corpo da própria trama, indícios da decisiva importância do resto – enquanto vestígio, traço, rastro – no ato de narrar. Recorrendo a uma passagem da *Odisseia* – em que Ulisses, de volta a Ítaca, é reconhecido pela ama Euricleia, por meio de uma cicatriz que ele traz na perna – Jeanne Marie Gagnebin (2006) relaciona ferida, rastro, escrita e memória como instâncias pertencentes ao mesmo processo onde se entrelaçam “o poder da palavra e a necessidade de narração” (GAGNEBIN, 2006, p.109). No episódio em questão, o corte convertido em cicatriz articula errâncias e reencontros, perigos e alianças, na construção da figura do herói: “essa conjunção feliz marca até hoje as narrativas do Ocidente, desde os contos de fada até as novelas de televisão, sem esquecer a tragédia e o romance”, conta Gagnebin (2006, p.109).

³ A região localiza-se na porção oeste da atual Turquia.

⁴ O mesmo pensamento poderíamos estender, a exemplo de Polastron (2013), às bibliotecas: talvez nada tenha abastecido tanto as pesquisas, especulações e fabulações acerca da biblioteca de Alexandria quanto o seu desaparecimento.

A palavra escrita ocupa o núcleo da produção e disposição, histórica e recorrente, de um vasto e diverso conjunto de marcas humanas. Inscrita não apenas na argila, no papiro e no pergaminho, como já descrevemos aqui, mas também nas pedras, em papel e em parede, inscrita em telas e em corpos humanos, mas também no corpo disperso e vasto das cidades, ela, a palavra, assume, desde a Antiguidade, manifestações gráficas e funções diversificadas. É o que mostra Armando Petrucci (1993), por exemplo, ao analisar sua presença pública no espaço urbano da Roma imperial: “Nós devemos lembrar”, diz o autor, “que as funções da escrita sempre correspondem ao tipo de material usado, logo, essas funções correspondem à tipologia dos produtos criados” (PETRUCCI, 1993, p. 2)⁵.

Se assumimos que as marcas textuais contêm indistarcável dimensão temporal, inserindo-se em uma dinâmica simbólica em que a vida só assim se reconhece e se denomina na medida em que pode ser narrada, somos então levados a conceber que a palavra escrita conforma uma empoeirada e carcomida espécie de “rastros duradouros no turbilhão das gerações sucessivas, como se seu texto fosse um derradeiro abrigo contra o esquecimento e silêncio, contra a indiferença da morte” (GAGNEBIN, 2006, p.109). Daí podermos considerar que os desaparecimentos, ao assinalar com a ausência as mortíferas experiências de destruição, lega à cultura e à história formas escriturais de existência.

Recusando o exame desses rastros a partir de sua imanência, bem como qualquer acusação de inatualidade, voltamo-nos para o que se apresenta como um acervo ativo, inconcluso e criativo da atividade humana, relacionado história, ação e texto: “A história é essa quasi-‘coisa’ em que a ação humana deixa um ‘rastros’, põe a sua ‘marca’. Daí a possibilidade dos ‘arquivos’”, diz Paul Ricoeur (1991, p. 196). E não é apenas na direção de um longínquo passado de ações realizadas que os rastros apontam. Configurando textos que se oferecem à nossa leitura, eles integram um acontecimento do discurso (RICOEUR, 1991), presentificando-se no gesto interpretativo que dirigimos a eles e apontando um futuro. Esse movimento de abertura corresponde a um “pôr-se em marcha para o oriente do texto” (RICOEUR, 1991, p. 159). O filósofo francês explica que

as frases do texto significam *hic et nunc*. Então, o texto “atualizado” encontra uma ambiência e uma audiência; retoma seu movimento, interceptado e suspenso, de referência para o mundo e para os sujeitos. Este mundo é o do leitor; este sujeito é o próprio leitor (RICOEUR, 1991, p. 156).

⁵ No original: “We should remember that the functions of writing always correspond to the type of materials used, and therefore those functions correspond to the typologies of products created” (PETRUCCI, 1993, p. 2).

Se concordamos com a asserção de que a “faculdade simbólica no homem atinge a sua realização suprema na linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 30), bem como de que é o “símbolo que prende esse elo vivo entre o homem, a língua e a cultura (BENVENISTE, 2005, p. 32), torna-se forçoso reconhecer, diante dos rastros, ao nível da narradora palavra restante, um conflito que não tende a se apaziguar entre a lembrança e o olvido, entre a integridade e a ruína, entre a vida e a morte, a ocorrer no solo estriado da linguagem e da cultura. Nesse conflito, é a própria dimensão simbólica da dinâmica social e dos processos de construção e circulação do sentido que se vê confrontada com seu limite.

A ação simultânea de forças contrárias, conformando uma relação dialética que se desenvolve sem a esperança de alcançar alguma homogeneidade ou síntese, aproxima-se daquilo que o poeta Hölderlin, na análise que faz das peças *Édipo Rei* e *Antígona*, de Sófocles, descreve como a constituição e a exacerbação de contrários não solucionáveis, incapazes de serem resolvidos ou igualados por meio de um consenso pacificador (HÖLDERLIN, 2008). A dimensão trágica que a palavra assume, nessa visada, indica que ela está a ocupar a “posição de uma contradição ou de um antagonismo irreduzível, uma contradição que não se resolve”, segundo Machado (2006, p.142). Nessa perspectiva, verifica-se a colisão, no campo da expressão linguística, “entre uma força que une e uma força que divide” (MACHADO, 2006, p. 142). E como a palavra se oferece não só em termos de sua significação, mas também como um “fato físico” (BENVENISTE, 2005, p. 30), devemos, pois, estar atentos para os processos históricos – imbricados, contraditórios e dialéticos – de elaboração e destruição tanto do fugidio sentido quanto da concreta matéria textual.

Tendo em vista todas as destruições físicas, as obliterações, as seleções, as fraudes, as deturpações, as revisões e os apagamentos que marcam a história da escrita, consideramos oportuno voltarmos-nos na direção de uma obra que fez do destroço o seu velino. Criada a partir dos restos, rastros, fragmentos ou remanescências do que foi perdido, e valendo-se da perambulação rotineira por escombros, da coleta pormenorizada do entulho, da reunião de cacos, ela alude, enviesadamente, às

coleções devastadas pela água ou pelo fogo, os vermes, as guerras, os tremores de terra. E, sobretudo, com mais frequência do que podemos imaginar, a decidida vontade de fazer como se elas jamais tivessem existido. (POLASTRON, 2013, p. 11-12).

Essa é a maneira pela qual os textos de Arthur Bispo do Rosário, de quem pretendemos agora tratar, encontram filiação na tradição escriturística da qual tantos livros fazem parte – às vezes mais como cinza ou pó do que como íntegra página encadernada – trazendo, em sua contraface, as cicatrizes sofridas ao longo do tempo.

2.

Interno da Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, durante a maior parte de sua vida, Bispo nasceu em Sergipe, em junho de 1909. Com 15 anos de idade, alistou-se na Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Aracaju, onde começou como grumete. Foi promovido a outras funções, alternou sua conduta entre a exemplaridade e a insubordinação, tendo sido excluído da Marinha em 1933 (DANTAS, 2009, p. 21). Afirmava ter sido boxeador⁶. Foi lavador de bondes, trabalhou na companhia elétrica Light, e em uma casa de família. Foi lá que, na semana do Natal de 1938, conta ter sido visitado por um grupo de anjos, quando recebeu um comunicado:

ele havia sido eleito pelo Todo-Poderoso, e sua missão na Terra consistia em julgar os vivos e os mortos e em recriar o mundo para o Dia do Juízo Final. Ele fora convocado pelos Céus e, a partir de então, se pôs a realizar, com grande afinco, sua missão, pois ser o “escolhido” era mais do que um privilégio, era uma vocação. (DANTAS, 2009, p. 30)

Arthur Bispo do Rosário foi mandado, inicialmente, para o Hospital Nacional dos Alienados, localizado na Praia Vermelha, zona sul do Rio de Janeiro. Considerado indigente, recebeu ali o diagnóstico psiquiátrico de esquizofrênico-paranóico. Ao longo do tempo de internação, já transferido para Jacarepaguá, quando não estava cumprindo as tarefas atribuídas ao *faxina*⁷, punha-se a trabalhar em sua cela, preparando-se para o encontro com Deus, refazendo o mundo em obra. Para isso, deu também início à confecção de um manto, considerada sua produção mais rica e significativa, que deveria vestir “no dia de sua ‘passagem’ – passagem para o além-mundo” (DANTAS, 2009, p. 31).

Bordados, estandartes, listagens, desenhos, inscrições, coleções, brinquedos, montagens e arranjos escultóricos, faixas e outras materialidades e técnicas compõem a

⁶ Embora seja uma informação que o próprio Bispo costumava difundir, não há documentação que a comprove.

⁷ Nome dado a quem ocupa posto informal de gerenciamento dos internos, auxiliando os funcionários, como também ocorre nos presídios.

imensa obra⁸ de Bispo. Ele se valia de todo e qualquer fragmento ou utensílio que, destituídos do seu emprego original, ganhavam figurações múltiplas e inesperadas. O desfiar dos elementos de uma realidade aparente e sensível conduzia a uma reformulação, em termos poéticos e delirantes, do mundo que deveria apresentar a Deus, valendo-se de um exercício incansável de catalogação e arquivamento: nomes próprios, logradouros, órgãos do corpo, descrições de acontecimentos, citações religiosas... A partir dele, o mundo era refeito em linguagem – tanto na sua dimensão simbólica quanto material: “Eu preciso destas palavras / Escrita”, diz um estandarte. A dimensão do rastro mostra-se presente em seus textos “e suas infinitas coleções de latas usadas ou de barbantes”, diz Gagnebin (2006, p. 118). Referindo-se ao Bispo, ela recorre à figura benjaminiana⁹ do *chiffonnier*, o trapeiro, para reencontrar, na atualidade, o narrador:

Ao juntar rastros/restos que sobram da vida e da história oficial, poetas, artistas e mesmo historiadores, na visão de Benjamin, não efetuam somente um ritual de protesto. Também cumprem a tarefa silenciosa, anônima mas imprescindível, do narrador autêntico e, mesmo hoje, ainda possível. (GAGNEBIN, 2006, p. 118)

Não pretendemos compreendê-lo tendo por baliza o diagnóstico psiquiátrico que recebeu, circunscrevendo seu trabalho ao conjunto dos procedimentos de estabilização psíquica e de integração social. Da mesma maneira, embora o campo das artes plásticas tenha se aproximado e se apropriado conceitualmente das produções de Bispo, conferindo a elas o estatuto de arte, e a ele o de artista, é noutro lugar que aqui os localizamos, mais próximos da beira sinuosa da cultura, onde a palavra expõe a si mesma, com o seu dorso ferido de agulha, como a arena agonística do sentido e da nossa instável e vacilante condição simbólica e humana.

A linguagem integra, central e indiscutivelmente, o complexo e lento “processo de hominização que tornou ‘humanos’ os animais que classificamos sob a rubrica de *homo sapiens*” (AGAMBEN, 2009, p. 43). Mas os deslocamentos que instalam o homem em uma humana cena de palavra não o tornam, entretanto, senhor da cultura. Ele incorre em grave erro quando toma seu trabalho de narração como um certificado de propriedade da linguagem, ou quando a compreende a partir de uma dimensão utilitária, estratégica e

⁸ Com Ricoeur (2011, p. 71), “vamos denominar *obra* a sequência fechada de discurso que pode ser considerada um texto”.

⁹ Walter Benjamin refere-se ao trapeiro em XXXXX. A ponderação feita por Gagnebin tem em vista o conhecido ensaio *O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov* (BENJAMIN, 2011), onde filósofo receia a extinção da atividade de narrar e da figura do narrador.

reduzida a uma lógica de transmissibilidade e eficácia. “O homem se comporta como se fosse o criador e o soberano da linguagem. A linguagem, no entanto, permanece a soberana do homem”, esclarece Heidegger (2006, p. 167). Logo, somente é apenas a partir dela que ele pode emergir como homem:

Melhor dizendo: a partir do surgimento da linguagem, todos os objetos do mundo passaram a ser significativos. Ao ser através do qual a palavra fez sua emergência – e que foi por ela constituído – chamamos *homem*. A palavra não fez sua emergência *no* homem; o homem é um efeito dessa emergência. (GARCIA-ROZA, 2004, p. 16)

Essa primazia da linguagem sobre aquilo que compõe nosso entorno é o que permite reconhecer no mundo algo como uma *humanidade* – capaz, por sua vez, de nomear esse mundo e conhecê-lo a partir de um vasto conjunto de palavras que venham – mal ou bem – designá-lo. Nossa entrada no campo das relações como sujeitos sociais é marcada, assim, pela maneira como a linguagem nos inscreve simbolicamente no mundo, na história e, sobretudo, na dinâmica das interações comunicativas que definem nosso campo de estudos.

Mas, uma vez que o homem tenha sido assim nomeado e esteja capacitado a falar, teria ele feito de sua morada linguística uma residência terminada, fixa e inexpugnável? Giorgio Agamben (2005) indica que não, ao discorrer sobre o conceito de infância. Embora não conceba “um momento em que o homem já estivesse ali e a linguagem ainda não” (OLIVEIRA, 2008, p. 108), o autor mostra que não podemos admitir essa relação como acabada, cristalizada em uma forma definitiva: apresenta-se, nessa impossibilidade de uma conciliação final entre homem e linguagem, a possibilidade sempre aberta de uma experiência. A compreensão de que a linguagem não deva se reduzir “a um ‘jogo’ cuja verdade coincidiria com seu uso correto segundo regras lógico-gramaticais” (AGAMBEN, 2005, p. 62) desloca o *ser de palavra* para um incompleto, inacabado e incessante *tornar-se na palavra*. Se, por um lado, só podemos falar se nos encontramos na linguagem, por outro, Agamben nos mostra que nem tudo está dito¹⁰.

Se podemos vislumbrar aí um gesto de abertura às possibilidades trazidas pela incompletude da linguagem – incompletude que também diz respeito ao homem que nela faz morada – devemos estar cômicos de que o destino de nossas enunciações pode estar

¹⁰ Oliveira explica que “o fato de que haja essa entrada implica uma disjunção que não ocorre apenas uma vez (o momento mítico da “primeira” entrada), mas que se mantém em cada ato de fala, *a cada entrada* na linguagem. O homem entra a cada vez na linguagem no momento em que fala. O que quer dizer que ele nunca entra na linguagem de uma vez por todas; o que quer dizer que a infância não é algo que aconteceu um dia e depois passou”. (OLIVEIRA, 2008, p. 109-110).

fadado, na mesma medida – ou com igual risco – a decair ou arruinar-se. Apresenta-se, pois, na forma de uma ruptura ou destruição, o que Agamben chamou em outra obra de uma “fraqueza do *logos*” (AGAMBEN, 2011, p. 45), capaz de fazer o homem e seus dizeres transitarem por uma faixa de indeterminação irresolúvel. Para o filósofo, que estudou o estatuto do juramento na antiguidade, encontrando nele importantes indícios da falibilidade da linguagem, o que o ato de jurar

devia impedir não era unicamente a inconfiabilidade dos homens, incapazes de serem fiéis à própria palavra, mas uma fraqueza que tem a ver com a própria linguagem, com a capacidade das palavras de se referirem às coisas, e a dos homens de se darem conta de sua condição de seres que falam. (AGAMBEN, 2011, p. 15)

A revestidura da linguagem – embora responsável por instaurar o ser na cultura – revela-se, assim, nem homogênea, nem inteiriça: nem tudo pode ser falado, nem tudo cabe numa palavra, nem tudo se dá a conhecer por meio de uma enunciação. Resistem, no seio dela ou nas suas imediações, uma estranheza radical¹¹, o desconhecido, um ponto de não-saber¹². Assim, se a produção de uma significação a partir de uma enunciação define certo campo de sentido, traz consigo zonas de falência e obscuridade. Gagnebin resume bem essa condição: “O homem é assim, essencialmente, um ser de linguagem, mas a linguagem, que o define, lhe escapa de maneira igualmente essencial” (GAGNEBIN, 2011, p. 22).

3.

E se considerássemos, por um momento, que sentido e obscuridade pudessem ocupar lugares opostos, invertidos, de modo que a obscuridade, em vez de ser um ponto de furo no sentido, passasse a ser primeira, anterior, constituindo o sentido o seu furo, o seu hiato, a sua exceção – ou seja, que o saber se apresentasse como uma porção, um intervalo, um recuo do desconhecido, e não o contrário? Acreditamos que seja justamente a partir dessa zona de incognoscibilidade que Bispo escreva, denunciando que o sentido não é uma propriedade humana assegurada, de onde se possa partir e para onde se possa retornar com nossa suposta destreza de seres falantes, nem que seja ele um solo pavimentado pela

¹¹ Num texto de 1919, em que se propõe a abordar a experiência estética, Freud (1996) parte de uma concepção genérica do *estranho* para explorar com minúcia a noção de *Unheimlich*, o *estranho familiar*.

¹² Nas formulações lacanianas acerca do inconsciente, chamamos Real a esse “*ponto de não-saber*” (JORGE, 2011, p. 67), mas salientamos que o conceito não se restringe aos domínios do aparelho psíquico, podendo ser estendido, adequadamente, à experiência da vida social.

racionalidade, onde edificamos firmemente nossas realizações, estabelecemos vínculos e promovamos consensos. Bispo mostra que o sentido não passa muito de uma fiação incerta, eventual, capenga, esforçada, em cuja construção trabalhamos – às vezes, diligentemente, às vezes, preguiçosamente e, quem sabe, delirantemente.

À sua maneira, os textos de Arthur Bispo do Rosário também fazem a denúncia da precariedade da linguagem, por meio de um alinhavo que nos revela muito mais a precariedade dela do que a sua solidez, a transitoriedade do que sua permanência, a decadência do que sua vitalidade. Nesse contexto, acompanhando o raciocínio que desenvolvemos sobre a relação entre destruição e obra, a perda não constitui a consequência de um acidente de significação, mas o centro mesmo da experiência de criação na escrita: é a palavra que está sempre a restar do gesto que a grafou, a restar da matéria empregada em sua produção, a restar do impulso do espírito que a ambicionou.

Mas correríamos o risco de assumir uma posição catastrofista, ou quem sabe passadista e melancólica, se não estivesse a própria escrita a nos lembrar de sua gênese, a se verificar no curso do mesmo movimento que, se de um lado, fratura, de outro, erige. Não se reduzem a obituários as designações que observamos em muitos dos bordados que cobrem um dos versos do *Manto da Apresentação*, peça com a qual Bispo se vestiria ao se encontrar com Deus, no dia do Apocalipse que ele próprio anuncia e prepara. Nem mesmo conformam um exercício de nominação, exaustivo e sequencial, restringindo-se ao âmbito da informação ou da identidade, as imagens cartográficas relacionadas à Colônia Juliano Moreira. Devemos ter em mente que a obra de Arthur Bispo do Rosário promove um deslocamento intensivo do registro objetivo da vida para então recontá-la a partir da escritura, extensão textual – e têxtil – do que foi cortado, colado, montado e cerzido no interior das celas que habitou. Autor de uma poética marcada por “lances felizes, destreza e ardis cotidianos” (CERTEAU, 2012, p. 19), Bispo perfaz uma trajetória inesperada e tortuosa na direção da cultura, tal como Michel de Certeau introduz essa noção, na medida em que esta, escapando da chancela das autoridades legitimadoras e dos regramentos institucionais, pode ser definida como “uma proliferação de invenções em espaços circunscritos” (CERTEAU, 2012, p. 19). Quem sabe Bispo não tenha conseguido costurar para si, resto a resto, um acantado logradouro de um delirante sentido porvir?

Ora, se há algo a ser restaurado que nos acena do passado, é porque precisamos nos haver com o “reconhecimento da perda”, e com uma origem entendida como “abertura sobre o futuro, inacabamento constitutivo” (GAGNEBIN, 2011, p.14). Ao nos voltarmos

para a relação dialética que aliança e destruição podem estabelecer no âmbito da palavra narrada, localizamos nossa indagação nas proximidades do que Benjamin chama de experiência liminar: aquela que marca os ritos de passagem, tais como nascer e morrer, entre outros, ritos com os quais Bispo tem de lidar, ao se preparar para o Juízo Final. Diferente da fronteira, que se estabelece por meio de uma fixa demarcação de limites entre territórios (Gagnebin, 2010), “o limiar é uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra *schwellen*, e a etimologia não deve negligenciar estes significados” (BENJAMIN, 2006, p. 535). No caso de Bispo, essa experiência marca a configuração de uma narrativa própria, em que uma nova história, por ele mesmo, para ele mesmo, pode ser inventada: “Um dia eu simplesmente apareci” (HIDALGO, 2011, p. 13; 29), ele diz.

A noção benjaminiana de *origem* parece apontar nessa mesma direção, pois não supõe uma volta ao idilismo de um passado perdido. Pelo contrário, ela se vale da incompletude do que foi e aponta para a construção de algo que virá, para uma transformação que articula passado, presente e futuro – uma “pré e pós-história” (BENJAMIN, 2013, p. 34), de acordo com o filósofo – em novas e potentes disposições. Ruína e destino entrelaçam-se, assim, por meio de um gesto original que, capaz de recolocar em curso a palavra em um arranjo narrativo, acreditamos que traga consequências também às práticas de leitura.

Se a fumaça do códex queimado ainda é capaz de nos incensar, assegurando-nos de que as forças de destruição não cessam de operar, torna-se necessário, tendo em vista nossas formulações acerca dos textos de Bispo, ponderar acerca de uma leitura não mais deslumbrada com a aspecia de um sentido pleno, mas acostumada aos borrões que a sua fratura provoca. A interpretação da palavra escrita, tanto com relação à sua significação, quanto com relação à sua corporatura material, exige não apenas que leiamos a obra, mas que também possamos vê-la: aqui, a legibilidade só pode se estabelecer como método se for capaz de acolher a visibilidade no curso de sua prática. O trabalho intelectual não pode avançar, portanto, sem a indispensável e decisiva atenção que lançamos à matéria expressiva da escrita de Bispo. Exige-se, então, que nosso gesto de apreensão textual considere a leitura também como um ato de olhar – e, para além dele, quem sabe, de tocar, afirmando-se como a promessa de um exercício tátil: não seria essa uma maneira de refazer o caminho das mãos realizadoras da obra? Afinal, para Georges Didi-Huberman, “*ver* só se pensa e só se experimenta em última instância numa experiência do *tocar*” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 31).

O trabalho de leitura, nessa perspectiva, deve ser considerado tendo em vista não apenas os saberes em questão, mas também seus limites, seus equívocos, sua hesitação, que se verificam também no campo do olhar. “Seria a imagem aquilo que resta visualmente quando a imagem assume o risco de seu fim, entra no processo de se alterar, de se destruir ou ainda de se afastar até desaparecer enquanto objeto visível?” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 254). Ao estabelecer-se na palavra escrita, as imagens parecem evocar, a certa distância, a “caducidade das criações humanas” (GAGNEBIN, 2006, p. 112), reabrindo, nas cicatrizes textuais, as feridas cuja visão é intolerável.

Assim, é por uma “*potência do negativo*” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 189) que a imagem se incorpora, conceitualmente, à palavra escrita. O autor explica que, nela, constata-se “uma eficácia ‘sombria’ que, por assim dizer, escava o visível (a ordenação dos aspectos representados) e fere o legível (a ordenação dos dispositivos de significação)” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 189). Trata-se de um modo singular de experimentar o texto, atento à agonia do sentido e da matéria escrita, em que a finitude da palavra é também sua força de subsistência: uma leitura que se dará entre fala e falha, entre vozes e silêncios, entre presenças e ausências, leitura em *ponto de perda* – lugar, aliás, que Arthur Bispo do Rosário escolheu para empreender sua obra, recolhendo estilhaços, reunindo sobras. Que nossa mirada se articule, pois, à cegueira

Assim a experiência do olhar que buscamos explicitar conjuga aqui dois momentos complementares, dialeticamente enlaçados: de um lado, ‘ver perdendo’, se podemos dizer, e, de outro, ‘ver aparecer o que se dissimula’”(DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 230).

A palavra que nos interessa, produzida “*no limiar de seu próprio fim*” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 250), faz um apelo simultaneamente à vida e à morte. A narrativa que nesse processo se organiza precisará ser compreendida nessas conformações extremas da linguagem, em que a dimensão de fratura parece ter descido ao nível mais estrutural da sintaxe e elementar do léxico. A incomunicabilidade e a indizibilidade poderão se confirmar para nós como uma experiência liminar, mas, para isso, precisamos compreender em que medida a palavra daqueles que a formulam, à beira do próprio desaparecimento, figura-se.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História**: a destruição da experiência e a origem da história. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. **O sacramento da linguagem**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. In: _____. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009, p. 25-51.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

DANTAS, Marta. **Arthur Bispo do Rosário**: a poética do delírio. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da imagem**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Entre a vida e a morte. In.: OTTE, George, SEDLMAYER, Sabrina, CORNELSEN, Elcio (org.). **Limiares e passagens em Walter Benjamin**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **O mal radical em Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FREUD, Sigmund. *O estranho*. In.: **Obras completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2006.

HIDALGO, Luciana. **Arthur Bispo do Rosário: o senhor do labirinto**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

HOLDERLIN, Friedrich. **Observações sobre Édipo; observações sobre Antígona**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. **Os fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan: as bases conceituais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MACHADO, Roberto. **O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, Cláudio. A linguagem e a morte. In. PUCHEU, Alberto. **Nove abraços no inapreensível**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue: FAPERJ, 2008.

POLASTRON, Lucien X. **Livros em chamas: a história da destruição sem fim das bibliotecas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

PETRUCCI. **Public lettering: script, power and culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

RICOEUR, Paul. **Do texto a ação: ensaios de hermenêutica II**. Porto: Res, 1991.

RICOEUR, Paul. **Escritos e conferências 2**. São Paulo: Loyola, 2011.